

Cahora Bassa parada custa dez mil contos por dia

Cesário Braga

Cahora Bassa não fornece energia eléctrica à África do Sul desde Dezembro do ano passado devido a sabotagem das torres de suporte das linhas de alta tensão. Estas paragens que se têm acentuado nos últimos 14 meses, são altamente gravosas para o Estado português, avalista dos encargos com o empreendimento junto dos credores internacionais. Os prejuízos estão calculados em cerca de dez mil contos por dia.

«O Jornal» apurou que nos últimos doze meses as turbinas de Cahora Bassa só puderam trabalhar em pleno durante um mês e não é provável que a barragem volte a laborar normalmente antes de um ou dois meses.

A última sabotagem responsável pela interrupção que ainda dura, ocorreu poucas semanas depois da visita do general Eanes a Moçambique. Quando o presidente português visitou o Songo, nos finais de Novembro, a barragem funcionava normalmente.

Cerca de uma semana depois circulava junto da comunidade portuguesa na África do Sul (há cerca de meio milhão de portugueses naquele país) a notícia, veiculada por jornais que ali se editam em português, de um acordo militar entre Portugal e Moçambique que teria sido celebrado no Matuto pelo presidente Eanes.

cional Moçambicana» apresenta-se como um movimento caracterizado de que se desconhecem chefes e programa.

Três «acidentes» em 14 meses

Nos últimos catorze meses foram efectuadas três acções de destruição das linhas de transporte de energia para a África do Sul, segundo apurámos. Pelo menos uma dessas acções incluiu uma emboscada ao pessoal da Hidroeléctrica de Cahora Bassa de que não resultaram acidentes pessoais. Aparentemente as primeiras rajadas terão sido feitas para o ar com o objectivo de pôr o pessoal desarmado em fuga mas, depois, as viaturas foram completamente destruídas. As torres têm sido demolidas com cargas de dinamite. Estes ataques, se-

potenciais clientes nas vizinhanças de Moçambique, excluindo a África do Sul, não terá sido muito satisfatória. O país vizinho com mais capacidade de absorver a energia produzida em Cahora Bassa seria o Zimbábue que, mesmo assim, não poderá ir muito além dos 250 quilovátios. Segundo apurámos os estudos destinados ao projecto de ampliação da barragem que na melhor hipótese só estaria operacional dentro de dez anos, terá sido adiados de um ano ou talvez mais. Apesar de todas estas dificuldades tudo indica que Moçambique,

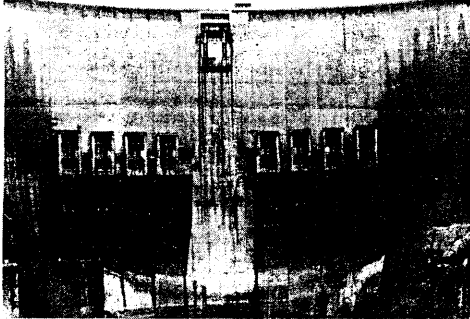
num futuro próximo, tal como os seus vizinhos, vão precisar de consumir mais energia e de se libertarem da dependência da África do Sul que, paradoxalmente, é quem fornece a energia eléctrica a Moçambique. Entretanto, enquanto as dívidas relativas à construção da barragem não estiverem liquidadas, Cahora Bassa continua a ser um problema que interessa directamente a Portugal.

Os dirigentes moçambicanos não perdem nenhuma oportunidade para salientar este facto nas visitas que têm efectua-

a Lisboa. Em Outubro passado Prakash Ratilal, vice-governador do banco de Moçambique dizia ao «Diário de Notícias» comentando as interrupções do fornecimento de energia à África do Sul: «Trata-se de uma situação que só a vocês diz respeito. Cabe-vos analisar o que é do vosso interesse nacional.» Jacinto Veloso, ministro da Segurança, que esteve em Lisboa há cerca de um mês, em entrevista ao «Expresso», alertava para o facto de a África do Sul poder utilizar a instabilidade na zona — que segundo o ministro moçambicano, ela

«Portugal tem de encontrar meios de pressionar a África do Sul»

Em tudo isto os dirigentes moçambicanos parecem claros: Portugal tem de encontrar os meios de pressionar a África do Sul de forma a que os interesses portugueses não sejam afectados e isso passa pela segurança das linhas de transporte de energia de Cahora Bassa como de resto sempre aconteceu quando das incursões militares em Moçambique feitas pela Rodésia de Ian Smith. «Nessa altura, eles passavam por baixo das linhas e não lhes tocavam, talvez porque de Pretória o «patrão» falasse em linguagem mais clara», dizia-nos uma das nossas fontes. Que levará agora Pretória a agir de outro modo?



Cahora Bassa
Um pesado encargo para os cofres portugueses

Ainda que não exista o mínimo vestígio de tal acordo as notícias foram interpretadas como uma justificação para novas acções contra Moçambique, concretizadas pela chamada «Resistência Nacional Moçambicana», as quais incluiriam a sabotagem das torres de suporte das linhas de alta tensão de Cahora Bassa, o que se veio a verificar.

A «Resistência Nacional Moçambicana» é a denominação dos grupos apoiados pela África do Sul que se infiltram regularmente em Moçambique para realizar operações militares, o que tem acontecido nas províncias de Gaza, Manica, Sofala e norte de Inhambane. A «RMN» conta com uma «delegação» em Lisboa, ultimamente muito activa. A intenção da África do Sul parece ser a de provocar em Moçambique o aparecimento de um movimento de oposição, com apoio popular, contando para isso com as dificuldades que Moçambique tem atravessado depois da independência. Com frequência tem sido apontado o modelo da Unita em Angola. No entanto a situação de Moçambique é diferente da de Angola. Em Moçambique, durante o colonialismo, nenhum outro movimento a não ser a Frente, se conseguiu impor e, além disso, a «Resistência Na-

gundo as nossas fontes, ocorreram junto à fronteira com o Zimbábue. Em situação normal uma avaria, ou um acidente igual aos que têm ocorrido, demoraria no máximo quinze dias a reparar. Nas condições anormais que se têm registado nas zonas de destruição das linhas as reparações não se podem fazer sem protecção militar e a reposição das linhas tem levado meses, como acontece no caso presente.

A barragem de Cahora Bassa tem uma capacidade de produção de dois mil quilovátios, quase na sua totalidade vendidos à África do Sul. Aquela energia representa cerca de dez por cento da que é consumida pela República sul-africana. A construção de uma linha centro-norte permitirá, em 1985, encaminhar energia directamente para Mocuba, na Zambézia. Há cerca de um ano, Moçambique abriu um concurso para a pré-qualificação de consórcios, destinado à futura construção da central subterrânea na margem norte, prevista no projecto inicial. A ampliação da capacidade da barragem aumentaria a produção para mais de três mil quilovátios. No entanto a ampliação coloca o problema do mercado, uma vez que Moçambique consome ainda muito pouca energia. A procura de